

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

ROBERTA RODRIGUEZ ALVES DE SOUZA THOMAZ

**O MITO DO JORNALISTA MÁRTIR:  
uma análise dos casos Tim Lopes e Santiago Andrade**

NITERÓI  
2014

## **Projeto Experimental em JORNALISMO**

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS)  
Curso de Comunicação Social

### **O MITO DO JORNALISTA MÁRTIR: uma análise dos casos Tim Lopes e Santiago Andrade**

Projeto experimental apresentado por Roberta Rodriguez Alves de Souza Thomaz, matrícula 21030127, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo – sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Moretzsohn.

IACS/UFF  
Niterói  
Dezembro/2014

ROBERTA RODRIGUEZ ALVES DE SOUZA THOMAZ

**O MITO DO JORNALISTA MÁRTIR:  
uma análise dos casos Tim Lopes e Santiago Andrade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Larissa de Morais Ribeiro Mendes — UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Baiense — UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Moretzsohn — UFF (orientadora)

NITERÓI  
2014

Aos meus pais, Roberto e Lola, por todo (e com todo) amor do mundo.

## AGRADECIMENTOS

Finalmente posso escrever sem me preocupar com a objetividade do raciocínio ou com a inclusão das referências adequadas. Escrevo de maneira subjetiva, como bem gosto, para formalizar o meu carinho por parte daqueles que estimularam em mim tantos sentimentos bons. Quem poderia adivinhar que esta seria a parte mais difícil de todo este trabalho?

De maneira quase óbvia, começo por meus pais, Roberto e Lola, os melhores amigos que a vida poderia ter me dado. Pai, você é meu grande exemplo de superação, determinação e conquista. A verdade é que não conheço todos os percalços do seu caminho, suas batalhas, mas vejo em seus olhos grande parte do que você carrega. Aposto que você nunca soube, mas esses olhos, por vezes mais duros do que eu gostaria, me dizem muito. Obrigada por tanto amor, carinho, palavras bobas e por acreditar (e bancar, claro) todos os meus sonhos.

Mãe... É claro que já estou cheia de lágrimas. Não consigo pensar em vocês dois sem que meu coração aperte. Mãezinha, você é uma mulher e tanto. Por vezes me questiono se tenho em mim a força necessária para me tornar metade do que você é. Obrigada por ter jogado comigo os jogos das capitais, dos antônimos, por ter me dado todos os livros que eu pedia. Aliás, saber que quase nunca receberia um “não” sempre me fez querer entrar nas livrarias – hoje um dos meus lugares preferidos. Obrigada por ter estudado História comigo, me deixado fazer segundas chamadas e estimulado em mim tudo o que eu precisei para chegar até aqui. Você personifica o apoio e incentivo que preciso para continuar a caminhada que inicio agora.

Aos meus irmãos – esses quatro, tão diferentes – por saber que tenho em vocês apoio e suporte. Especialmente à minha irmã e madrinha, Renata, por tudo que representa e nem sabe. Obrigada por estar sempre presente, ainda que seja para reclamar que eu não atendo, pular em cima de mim ou me mostrar tudo aquilo que eu preciso ver. Na marra. Com amor.

Aos meus sobrinhos, esses pedacinhos tão importantes da minha vida, e a todos da minha família. Isso inclui meus amigos, claro, esses que me preenchem com os sentimentos mais gostosos do mundo. Você também, Rafa: obrigada pelos puxões de orelha e, sempre, pelo amor. O espaço acabou e eu não quero mais formatar a monografia. Aos meus professores, mestres admirados, especialmente a Sylvia, a orientadora que mais orienta neste mundo. Obrigada, por fim, vida. Tanto amor e sorte poderiam preencher este universo inteiro.



Três jornais me fazem mais medo do que cem mil baionetas.

Napoleão Bonaparte

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a maneira com que a construção romântica da profissão, sustentada pela própria imprensa, legitima a imagem do jornalista morto como mártir, um profissional que se sacrificou a serviço da sociedade. Para tal, tornam-se objetos de estudo os casos de dois jornalistas mortos em serviço: Tim Lopes, em 2002, e Santiago Andrade, em 2014. Tim foi assassinado por traficantes enquanto apurava uma suposta denúncia sobre a exploração de menores em bailes *funk* na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro. Já Santiago foi atingido por um rojão na cabeça enquanto fazia imagens de um protesto que acontecia próximo à Central do Brasil, também na cidade do Rio. Ambos os casos foram tratados com revolta pela imprensa, que buscou apontar culpados e cobrar das autoridades públicas as devidas condenações. A discussão, porém, deve ir além: qual seria a culpa das empresas jornalísticas na morte de seus funcionários; quais são os limites até onde deve ir o jornalista e como a mistificação de sua imagem profissional contribui para que esses mesmos limites se rompam.

**Palavras-chave:** Repórter infiltrado. Tim Lopes. Santiago Andrade



## **ABSTRACT**

This paper aims to show how the romantic construction of the profession kept by the press legitimizes the image of a journalist killed as martyr, a professional who sacrificed his life serving the society. The cases of two journalists killed on duty are objects of this study: Tim Lopes, killed in 2002 and Santiago Andrade, who was killed in 2014. The former was killed by traffickers while strained an alleged complaint on the exploitation of teenagers in funk parties in Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro. The latter was hit by a fireworks rocket in the head while making pictures of a protest that took place at Central do Brasil in the city of Rio de Janeiro. Both cases were treated with revolt by the press, which sought to blame and charge the delinquents by demanding the public authorities the appropriate convictions. The discussion, however, must go beyond: what the fault of the newspaper companies in the death of their employees would be; how far a journalist should go; and how the mystification of the professional image contributes to such limits to burst.

**Key words:** Undercover reporter. Tim Lopes. Santiago Andrade

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 A IMAGEM DO JORNALISTA.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 A produção de notícias e as normas de mercado.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 A mídia como quarto poder .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 O repórter infiltrado .....</b>	<b>18</b>
<b>3 O CASO TIM LOPES.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 A face heroica de uma cobertura arriscada .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 A postura da Rede Globo .....</b>	<b>24</b>
<b>4 O CASO SANTIAGO.....</b>	<b>28</b>
<b>4.1 A exploração da tragédia .....</b>	<b>28</b>
<b>4.2 A (ir)responsabilidade da empresa jornalística .....</b>	<b>31</b>
<b>4.3 A questão do sindicato.....</b>	<b>32</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>
<b>PARECER.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O jornalismo é uma profissão permeada por mitos e imagens. Expressões como “olhos da sociedade” são utilizadas para definir o profissional cujas atividades se revestiriam de um sentido mais elevado, transformando-se muitas vezes em missões especiais, serviços a serem prestados em prol de uma grande causa.

Nos cursos oferecidos aos aspirantes a jornalistas, ou mesmo dentro das próprias redações, prevalecem as características que formam o suposto perfil ideal do profissional: alguém curioso, bem informado, responsável, culto, criativo, persistente, disposto a trabalhar o tempo necessário para produzir uma boa matéria.

No primeiro capítulo, procura-se destacar a visão romântica que ainda sustenta a imagem do ousado e destemido sujeito jornalista, aquele que corre atrás da notícia e arrisca-se em busca de histórias que devem ser levadas ao público. Relatos emocionados, como o de Gabriel Garcia Márquez, valorizam a insubordinação do jornalista a rotinas industriais:

A prática da profissão, ela própria, impunha a necessidade de se formar uma base cultural, e o ambiente de trabalho se encarregava de incentivar essa formação. A leitura era um vício profissional. Os autodidatas costumam ser ávidos e rápidos, e os daquele tempo o fomos de sobra para seguir abrindo caminho na vida para a melhor profissão do mundo - como nós a chamávamos (MÁRQUEZ, 1996).

Acontece que as regras de mercado influenciam diretamente na produção do jornalista, profissional também submetido à vontade do chefe e às normas editoriais da empresa para a qual trabalha. Assim, o capítulo trata também da produção de notícias e do conceito de quarto poder, que coloca a imprensa na função de fiscal do poder público — uma ideia que, diga-se de passagem, solidifica o discurso adotado pelas grandes empresas, que o utilizam como disfarce para encobrir seus próprios interesses e as práticas daí decorrentes.

Essa abrangência do poder da mídia acaba por incentivar e justificar o uso de ferramentas comuns no jornalismo investigativo, como a câmera oculta. Essa e outras práticas são também discutidas no capítulo, que usa como uma de suas referências a visão do jornalista Fritz Utzeri (2002), que afirma que “os colegas não devem ser transformados em 007”.

O segundo capítulo toma como objeto de análise o caso Tim Lopes, repórter da Rede Globo morto por traficantes, em 2002, quando apurava a exploração sexual de menores em bailes *funk* na Vila Cruzeiro, favela na área do chamado Complexo do Alemão, no

Rio de Janeiro. O jornalista tornou-se um mártir, alguém que morreu enquanto tentava denunciar uma prática condenável num lugar de vulnerabilidade social. Ou pelo menos foi esse o tom da cobertura realizada pela Rede Globo, que se isentou da responsabilidade sobre a morte de seu profissional.

O depoimento de Alessandra Wagner, viúva de Tim, deixa claro que o repórter foi pautado para a matéria, ou seja, cumpria uma obrigação profissional quando se expôs ao risco de voltar àquela favela para fazer boas imagens. Mas a Rede Globo criou em torno de si a imagem de defensora dos direitos à cidadania e de emissora praticante do bom jornalismo — aquele que trabalha para levar ao público denúncias que contribuam para a construção de uma sociedade melhor.

O terceiro capítulo discorre em torno da tragédia que resultou na morte do cinegrafista da Band, Santiago Andrade, em fevereiro de 2014. Santiago foi atingido por um rojão na cabeça enquanto fazia imagens de um protesto próximo à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, na esteira das manifestações iniciadas em junho de 2013. O evento resultou na rigorosa condenação das práticas violentas do grupo conhecido como *Black Bloc* e na cobrança por leis mais firmes no que diz respeito a essas práticas.

O jornal O Globo tratou de utilizar o episódio como forma de exploração política, e ligou o deputado Marcelo Freixo aos jovens que confessaram a participação no disparo do rojão. Além disso, a morte de Santiago provocou revolta na classe jornalística: uma parcela significativa da categoria se voltou contra o seu sindicato sob o argumento de que sua diretoria não condenava com a devida ênfase a violência contra jornalistas, quando praticada por manifestantes.

Santiago morreu numa circunstância de acaso que poderia ter terminado diferente, caso o cinegrafista estivesse usando os equipamentos de segurança adequados. Mais uma vez, discute-se a responsabilidade da empresa jornalística na morte de profissionais em serviço. Tudo isso, claro, sem deixar de lado a atuação estratégica da mídia, que viu na tragédia o momento certo para ditar a agenda política do país e levantar dúvidas sobre a legitimidade daquelas manifestações populares, que tanto condenaram a linha editorial dos grandes veículos.

O jornalista morto é imediatamente transformado em mártir, principalmente por causa do discurso romântico que defende a morte do profissional como um atentado direto à liberdade de expressão e à democracia. O jornalista, apenas por ser jornalista, torna-se a personificação desses valores.

Vladimir Herzog, por exemplo, transformou-se no símbolo da luta contra a repressão do regime militar. Diretor da TV Cultura e ligado ao Partido Comunista, Herzog foi convocado pelas autoridades militares a prestar depoimento. Apesar de ter comparecido espontaneamente ao DOI-CODI, ele acabou torturado e morto. O assassinato, que foi em vão apresentado pela repressão como suicídio por enforcamento, causou a revolta popular e convocou a primeira grande manifestação de massa contra a ditadura desde o AI-5. Herzog — cuja morte não fora anteriormente planejada pelos repressores, ao contrário de outros presos políticos, já condenados de saída — figura hoje nos livros de história como símbolo da luta pela democracia.

Tim Lopes, Santiago Andrade e o próprio Vladimir Herzog foram mortos em contextos diferentes, mas carregam consigo a personificação discutida no presente trabalho: a imagem romântica do jornalista como representante da sociedade e sua consequente transformação em mártir.

## 2 A IMAGEM DO JORNALISTA

A paixão e o orgulho profissional são parte dos alicerces que mantêm as concepções construídas em torno da prática jornalística. No discurso pronunciado na assembleia geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Gabriel García Márquez (1996) reforça a visão do jornalismo, trabalho de investigação que exige vocação, amor e dedicação, “porque o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade”.

Toda a formação deve se sustentar em três vigas mestras: a prioridade das aptidões e das vocações, a certeza de que a investigação não é uma especialidade dentro da profissão, mas que todo jornalismo deve ser investigativo por definição, e a consciência de que a ética não é uma condição ocasional, e sim que deve acompanhar sempre o jornalismo, como o zumbido acompanha o besouro (MÁRQUEZ, 1996).

O discurso adquire um tom peculiar por ter sido proferido num encontro de uma sociedade que congrega justamente as grandes empresas de comunicação do continente, às quais o trabalho dos jornalistas é submetido.

Moretzsohn (2003) também destaca a representação clássica do jornalista, esse sujeito que andaria com trajes despojados e quase sempre viveria uma situação de risco que faria valer ainda mais o seu trabalho. Segundo a autora:

Apenas a título de exemplo, a capa de um dos livros de Clóvis Rossi exhibe a foto de uma chusma de jornalistas com suas câmeras, microfones, gravadores, debaixo de chuva, cercando o carro de uma fonte. Mais significativa ainda, a capa de *O que é ser jornalista?*, de Ricardo Noblat reproduz uma foto do autor, então repórter em início de carreira, ao lado do fotógrafo, ambos em trajes de campanha, num acampamento perdido no mapa. Noblat fez carreira como repórter, editor e comentarista de política, além de ter sido diretor do Correio Braziliense, mas uma foto de terno, embora muito mais representativa de sua atividade, seria impensável: o traje formal está associado a funções de burocratas de gabinete e substituiria a imagem de agilidade, despojamento, arrojo e aventura vinculada ao trabalho do jornalista (MORETZSOHN, 2003, p. 208).

A atividade jornalística, porém, não pode ser vista de forma puramente apaixonada e utópica. A verdade é que a profissão, assim como outras, está condicionada à produção industrial regida por práticas capitalistas. O jornalista não apura simplesmente os fatos que a sociedade deve saber, mas aquilo que a empresa para na qual trabalha pretende divulgar.

Uma ambigüidade central cruza a grande imprensa: ela desempenha uma função pública, mas é uma empresa privada. No limite, torna-se incompatível a busca de

rentabilidade por parte da empresa jornalística com a função de informar e ser um espaço democrático de debate (SADER, 1998, p. 9).

O trabalho do jornalista ameniza a angústia do desconhecimento; isso porque não há pessoa que se sinta confortável quando não sabe de uma informação que supostamente deveria saber. A profissão transmite a ilusão da onipresença, como se as informações apuradas e repassadas pelos jornalistas fossem uma prova de sua habilidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo.

Para o planejamento de atividades cotidianas, as pessoas necessitam de diversos tipos de informações: o valor dos impostos, o preço de um carro, de um imóvel ou até mesmo a situação do trânsito no caminho até o trabalho. Como afirma Nilson Lage (2009, p. 21), “a informação deixou de ser apenas ou principalmente fator de acréscimo cultural ou recreação para tornar-se essencial à vida das pessoas”.

A idéia da busca pela verdade fornece ao jornalismo um sentido público, um caráter social sublinhado por investigações políticas, casos policiais e fatos que despertam o interesse das pessoas. O jornalista é um profissional de face um tanto heróica: responsável pela produção de notícias, ele é a figura que assumiria riscos ao investigar e publicar informações que serviriam à sociedade, ainda que de forma a contestar interesses poderosos. Carlos Fino procura derrubar esse equívoco tantas vezes sublinhado pela visão romântica da profissão:

Ora, a verdade é que não se pode ser herói todos os dias. Face à tendência globalizada para o “infotainment” (união entre informação e entretenimento, gênero que estaria presente, principalmente, nos programas televisivos), face às pressões do mercado de trabalho e ao poder de quem manda, que podem na realidade os pobres jornalistas? (FINO, apud MORETZSOHN, 2008, p. 14).

## **2.1 A produção de notícias e as normas de mercado**

O aspecto emocional da notícia é um importante fator para os jornalistas que buscam mergulhar na profundidade das sensações do público. Esse tipo de troca afetiva acontece muitas vezes e é um dos mecanismos de projeção da figura simbólica do jornalista. Stella Senra (1997) afirma que, no mundo contemporâneo, o jornalista se transforma numa espécie de personagem, de modo a estabelecer com o público um padrão de convivência e envolvimento emocional semelhante aos desenvolvidos pela representação ficcional. A imagem heróica do jornalista não deve ser apenas relacionada à crescente integração ao mundo do espetáculo, mas também às condições do mercado de informação.

Quando predomina o jornalismo como serviço público no sentido nobre do termo, reforça-se a natureza político-didática da informação, considera-se o leitor como cidadão e usuário, enquanto o jornalista é tomado como profissional liberal, responsável pela totalidade do trabalho de produção da notícia [...] quando impera o jornalismo como arte, o profissional de imprensa aspira ao mesmo estatuto do artista, o leitor é visto como ‘público’, plateia de um desempenho, enquanto a informação passa a oferecer também um aspecto estético (SENRA, 1997, p.24).

O trabalho do jornalista está diretamente associado ao compromisso com a verdade e à consequente oposição a qualquer tipo de autoritarismo e opressão. De acordo com o art. 2º, inciso IV, Capítulo I do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), “a prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzem efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social”.

O trecho ilustra formalmente a associação entre informação e responsabilidade social: é direito do público saber o que acontece ao seu redor e dever do jornalista levantar essas informações. Mas o “direito de saber” é um postulado frágil que merece reflexão: quem decide o que o público deve saber? Segundo Nilson Lage, notícia seria “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”, assim, “reduzimos a área de discussão ao que venha a ser *importante*, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como os de *verdade* ou *interesse humano*” (LAGE, 1979, p. 36, grifos do autor).

Ou seja: a produção de notícias subordina-se às regras mercadológicas e às linhas editoriais dos grandes veículos. Eugene Goodwin resume:

Qualquer visita a uma redação no fim de um dia de trabalho mostra até para o observador eventual qual é a quantidade de notícias deixadas para trás, sem serem utilizadas, um material que, aparentemente, o público tem o direito de conhecer (GOODWIN, apud MORETZSOHN, 2000, p. 60).

Além disso, existem observações que insinuam a manipulação desse lema, como acusa Kurt Luedtke, ex-diretor do *Detroit Free Press*.

Essa história do direito do povo de saber não existe. Vocês [editores] a inventaram, tomando cuidado para não especificar o que era que ele, povo, tinha direito de saber. O povo sabe aquilo que vocês escolheram para dizer a ele, nem mais nem menos. Se o povo tivesse o direito de saber, ele teria, então, alguma coisa a dizer sobre o modo como vocês escolhem o que chamam de notícia (LUEDTKE, apud MORETZSOHN, 2000, p. 61).

O confronto com as condições de produção dominantes desconstrói a visão pura e simples de que o jornalista seria o responsável por conduzir a sociedade à verdade dos fa-



tos. A notícia surge e se desenvolve dentro dos limites impostos pelos interesses mercadológicos das grandes corporações midiáticas. O bombardeio de informações envolve a produção de conteúdos superficiais e o ocultamento de fatos que seriam significativos para o público.

O jornalista é, ao mesmo tempo, funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público (PEREIRA, 2004 apud IJUIM, 2009, p. 33).

Como afirma Cláudio Abramo (1988, p. 110), “jornalismo é um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer; é uma maneira de viver, não é nenhuma cruzada. E por isso você faz um acordo consigo mesmo: o jornal não é seu, é do dono”.

Ainda assim, projeta-se no jornalista uma imagem heroica paradigmática. Mais do que isso: a própria classe acaba por assumir a responsabilidade e veste não apenas a camisa, mas o uniforme completo de super-herói. Denominado dessa forma por Geraldinho Vieira (1991), o “Complexo de Clark Kent” ilustra como o poder da palavra e a interpretação dos fatos cria a ilusão do repórter super-homem.

A ficção coloriu uma profissão onde o dia-a-dia é uma maravilhosa aventura no combate aos males sociais e na procura da verdade, onde as portas parecem abertas a toda sorte de liberdade, da manipulação da realidade ao acesso e divulgação da informação. Não mostrou o quanto a sociedade tenta, por sua vez, manipular a informação sobre a verdade. Não mostrou que se a imparcialidade exige uma boa dose de ceticismo é impossível fazer jornalismo sem uma apaixonada vocação pelo contato íntimo com realidades nem sempre prazerosas e sem um desejo de alto custo por estar sempre mais próximo da verdade. Não mostrou que por mais honesto e ético que seja o profissional da mídia ele é tão humano quanto o leitor que também lê com olhos diferentes aquilo que lhe agrada e aquilo que lhe fere (VIEIRA, 1991, p. 12).

Criado nos Estados Unidos ainda deprimido pela crise de 1929 e aflita pela proximidade da Segunda Guerra Mundial, Clark Kent, o Super-Homem, é um personagem que figura entre o repórter comum, submetido às regras da redação de um grande jornal diário, e o herói, o defensor da sociedade. Os jornalistas saem em busca da informação, da investigação, do levantamento de dados e fatos que devem ser levados aos fracos e oprimidos.

Foge aos profissionais portadores desse complexo, porém, a crítica direcionada às relações entre as grandes empresas e os poderes político e econômico. Também merece atenção a análise sobre a imparcialidade, o relacionamento com as fontes, as técnicas de

apuração, enfim, as limitações e responsabilidade daqueles que fazem os meios de comunicação.

## 2.2 A mídia como quarto poder

Por serem justamente assim, tão humanos quanto os outros cidadãos, os jornalistas também correm riscos e devem refletir sobre os limites e métodos de sua profissão. Como afirma Moretzsohn (2003, p. 3): “o reconhecimento do papel político do jornalismo obviamente não lhe confere o direito de substituir outras instituições”. É o mito da imprensa cidadã, do profissional cuja função consiste em servir à sociedade de um modo que ultrapassa a prestação de serviço de outras profissões. O mito tem a ver com a substituição das atribuições de outros poderes.

A expressão “quarto poder”, uma alusão aos outros três poderes do Estado democrático — Legislativo, Executivo e Judiciário— legitima a imprensa como fiscal desses poderes constituídos, uma espécie de representante do público. Caberia à mídia denunciar quaisquer abusos ou falhas que afetassem a vida do cidadão comum, do público leitor, da audiência. A imprensa chega a lugares proibidos para cidadãos comuns justamente porque se reconhece como a instituição responsável por dar voz aos que não tem voz e fazer a mediação entre os fatos e o público.

A ideia de quarto poder nasce em 1828, formulada por Thomas Macaulay, sob o contexto das revoluções liberais, da luta da burguesia contra o absolutismo, que consagraram o princípio da divisão de poderes. O ideal pressupunha uma imprensa independente, livre da censura do Estado, formadora da opinião pública. Uma espécie de fiscal responsável por alertar a sociedade em caso de eventuais abusos do Estado.

Mas a imagem do jornalismo como mediador só pode sobreviver como nostalgia de um tempo que, segundo Moretzsohn, jamais tenha existido,

[...] porque ao longo dessa história prevaleceram os interesses do capital, travestidos de interesse público, trilhando a fronteira da ambiguidade já apontada por vários autores: a prestação de um serviço público, como é a informação, a cargo de empresas privadas (MORETZSOHN, 2007, p. 118).

Ou seja, o conceito de quarto poder é justamente o que legitima a atividade da imprensa. Mas, sob a perspectiva das regras mercadológicas, a ideia acaba por interessar dire-

tamente aos grandes conglomerados de comunicação, que ganham prestígio e influenciam diretamente na escolha dos indivíduos.

O que por vezes acontece é que, ao invés de “fiscalizar” os outros três poderes, os veículos de comunicação acabam por sustentá-los: de contrapoder, a mídia passa a ser um instrumento que sustenta práticas econômicas e políticas específicas para que o poder se mantenha na mão daqueles que ditam as regras de mercado.

Em entrevista concedida, no início de 2014, ao jornal *Tiempo Argentino* e à agência de notícias *Télam*, Dênis de Moraes relaciona a perda de credibilidade da imprensa ao descompromisso com determinados valores éticos e questiona os objetivos por trás das notícias “escolhidas” e divulgadas pelos veículos de comunicação.

A perda de credibilidade se relaciona ainda a mecanismos de controle ideológico que distanciam a mídia hegemônica do compromisso ético com a informação veraz e do respeito à diversidade cultural. Cabe perguntar: onde estão as classes trabalhadoras nos noticiários dos principais diários latino-americanos? Estão subestimadas, ignoradas ou silenciadas. Apenas nos momentos de crise ou nas tragédias aparecem nas manchetes. O cotidiano das classes populares e as reivindicações comunitárias estão fora das agendas da maior parte da mídia, e isso afeta a sua credibilidade, porque se confundem os interesses empresariais e políticos com o que seria, supostamente, a missão de informar (MORAES, 2014).

O jornalista não é um menino de recados. Sua função tampouco se limita a levar uma mensagem ao público. Como afirma José Vítor Malheiros, jornalista do Público (Portugal), a metáfora do mensageiro é perigosa porque transmite justamente a imagem de um jornalista que não responde pelo conteúdo que circula. Os jornalistas são produtores de notícias e, com isso, possuem o dever não apenas de apontar o que será consumido pelo público, mas de apurar com cautela a veracidade das informações que entram em circulação. Como identifica Malheiros, eles são os “autores” das notícias. E, como bons autores, devem ser responsabilizados pelo conteúdo daquilo que produzem.

Os jornalistas não são mensageiros porque o seu papel não consiste em transportar de um lugar para outro - das folhas de um processo para as páginas de um jornal, por exemplo, uma dada mensagem. Um jornalista não é um estafeta reduzido a um papel de mero transporte, nem um pé de microfone. O papel dos jornalistas não é - não deve ser - o de reproduzir as informações que recebem e dar lhes projeção, mas sim o de divulgar as informações que possuem relevância social, que permitem que os cidadãos compreendam e possam agir sobre o mundo que os rodeia (MALHEIROS, 2004).

O que quase sempre acontece é aquilo que Moretzsohn chama de “jornalismo de mãos limpas”: o jornalista ouve suas fontes, relata os fatos e lava as mãos. Se existe uma

denúncia contra algo ou alguém, o jornal publica; se o denunciado protesta, o jornal publica no dia seguinte. Porém, como afirma a autora, as mãos acabam sujas se levados em conta o processo de produção da notícia e os interesses existentes por trás de tudo.

### **2.3 O repórter infiltrado**

A transformação do jornalista em detetive é uma prática comum da imprensa, que busca atrair o público com grandes furos e reportagens diferenciadas. A maior parte das reportagens investigativas é realizada pelos grandes veículos de comunicação, capazes de arcar com seus processos e custos. Essas corporações midiáticas, claro, possuem diversos interesses que interferem diretamente no processo de apuração e produção desse tipo de matéria.

Acontece que, nos casos em que o jornalista sofre algum tipo de dano, a responsabilidade do empregador deve ser devidamente apurada. Se a empresa não garantiu a integridade de seu profissional, ou não o impediu de trabalhar em alguma reportagem que o expusesse a riscos explícitos, deve arcar com todas as possíveis consequências.

A prática investigativa esbarra diretamente nos dilemas referentes à ética profissional do jornalista. Algumas das polêmicas que recaem sobre a atividade são os usos de técnicas como a câmera oculta, o gravador escondido e a infiltração do jornalista que, muitas vezes, assume uma identidade falsa para produzir uma reportagem.

Como afirma Moretzsohn,

[...] uma interpretação muito particular da ideia de ‘quarto poder’ já nos permitiria levar a perceber os motivos por que a imprensa chama a si o direito de utilizar todo e qualquer meio, lícito ou não, para penetrar onde quer que seja, em nome do sagrado direito de informar – ou, o que dá no mesmo, em nome do direito do público de saber (MORETZSOHN, 2008, p. 8).

Fortes também questiona os métodos utilizados pelos jornalistas em determinadas coberturas:

Porque sou jornalista e porque vivemos em uma democracia estou liberado para valer-me de qualquer recurso que assegure à sociedade o direito de saber tudo? Posso roubar documentos, mentir, gravar conversas sem autorização, violar leis? Onde está escrito que disponho de tais prerrogativas? Quem me deu imunidade para rasgar códigos que regulam o comportamento das demais pessoas? (FORTES, 2005, p. 54).

Jornalistas não são agentes especiais, como afirma Fritz Utzeri (2002) em artigo publicado no *Jornal do Brasil* (5/6/2002) e intitulado justamente "Os limites do jornalismo", no qual fala sobre a dupla identidade muitas vezes assumida pelos profissionais: "se nos confundirmos com espões, ou policiais, com eles seremos confundidos, e nesse caso é melhor mudar logo de profissão".

Cavalcanti (2010) também defende que os jornalistas não são detetives ou agentes de polícia. As escutas, por exemplo, seriam de utilização exclusiva desses profissionais e deveriam chegar ao repórter por meio deles. As informações provenientes desse tipo de fonte devem, inclusive, ser checadas como quaisquer outras.

A utilização desse tipo de recurso costuma ser defendida como uma forma de elucidar fatos de interesse público que seriam desconhecidos pela sociedade. Algo próximo da máxima "os fins justificam os meios" — ou, de acordo com Moretzsohn (2008, p. 1), "como se partíssemos do princípio de que qualquer meio é lícito para denunciar o ilícito".

A falta de credibilidade das autoridades e a tão criticada ineficiência do Estado dão destaque às reportagens investigativas e incentivam o uso desse tipo de recurso. Com essa visão, condenar a utilização de ferramentas, como escutas e câmeras ocultas, na produção dessas matérias seria limitar a atuação da imprensa e prejudicar o público, que seria o maior interessado. É como se a simples exposição de fatos bastasse para comprovar a denúncia e esclarecer as pessoas. Porém, por trás do ideal da transparência escondem-se os interesses empresariais e a consequente seleção de informações que são apresentadas ao público.

A prática de se disfarçar para penetrar em ambientes proibidos ou que oferecem restrições de acesso remonta pelo menos às últimas décadas do século XIX, quando, como afirma Moretzsohn (2008), "se estabeleceu a imprensa de massa e com ela a amplificação do apelo a relatos capazes de causar sensação a partir da 'experiência vivida' do repórter que 'aparece' — e faz seu jornal aparecer — como guardião dos fracos e oprimidos".

O recurso do repórter infiltrado conduz a reportagens feitas com base na experiência vivida, como se essa fosse suficiente para sustentar a argumentação da matéria. Mas, segundo Moretzsohn (2008, p 10), "o apelo a essa prática, obviamente sensacionalista — dados os elementos de excitação pelas 'descobertas' de um 'agente secreto' —, tende a ignorar a memória produzida pelo próprio jornal sobre os temas em pauta". Dessa maneira, é como se essa prática jornalística apresentasse sempre fatos antigos como se fossem grandes novidades.

Moretzsohn lembra também que a fragilidade jurídica das provas obtidas dessa maneira acaba por anular os resultados práticos esperados pelo público, como a punição dos possíveis criminosos ou corruptos.

A atuação legal acaba sendo mais um argumento de descrédito do Judiciário, bem à maneira dos filmes policiais americanos nos quais a existência da lei é o principal empecilho para que se faça justiça: afinal, todos “viram” aquele escândalo na televisão. Se o Estado não toma providências, é porque de fato não se pode esperar mais nada dele (MORETZSOHN, 2003, p. 8).

### 3 O CASO TIM LOPES

Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, mais conhecido como Tim Lopes, tinha 51 anos de idade — trinta de atuação jornalística — quando foi assassinado, em junho de 2002. O jornalista, que trabalhou também no extinto jornal *O Repórter*, na revista *Placar*, nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*, era reconhecido no meio profissional por suas reportagens investigativas. Tim costumava usar disfarces para se misturar a operários e marginalizados em geral — em canteiros de obras, nas ruas, em clínicas para drogados. Desde que passou a trabalhar na TV, tornou-se adaptado ao uso de câmeras ocultas, que permitiam que ele ilustrasse suas grandes reportagens.

Uma das produções junto à equipe da TV Globo lhe rendeu o Prêmio Esso, no ano anterior a sua morte. Exibida pelo Jornal Nacional, em agosto de 2001, a matéria “Feira de Drogas” denunciava a venda de entorpecentes ao ar livre na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

No ano seguinte, Tim Lopes saiu em busca de mais uma grande história: a exploração sexual de menores em bailes *funk* na Vila Cruzeiro, favela do bairro da Penha, no Rio de Janeiro. A TV Globo supostamente recebera ligações de moradores que denunciavam a prática da prostituição infantil, sexo explícito e o uso de drogas nas festas promovidas por traficantes. Tim foi o jornalista que correu atrás de mais esse “furo jornalístico”.

No dia 2 de junho de 2002, ele realizava sua quarta visita à favela em busca de mais conteúdo para sua reportagem. De acordo com o laudo da polícia, o jornalista trabalhava sozinho na apuração da reportagem e levava consigo apenas a microcâmera, item que costumava acompanhá-lo em suas histórias. Reconhecido pela reportagem do ano anterior, o profissional foi imobilizado por tiros nos pés e levado à favela da Grota, no Complexo do Alemão, onde foi condenado pelos bandidos. Por fim, foi esquartejado e queimado entre pneus por homens pertencentes ao bando liderado por Elias Maluco.

Na manhã seguinte, o desaparecimento foi registrado e uma equipe saiu em busca do paradeiro de Tim, cujo corpo seria descoberto e identificado dias depois. O episódio foi amplamente divulgado pela mídia — especialmente pelo jornal *O Globo* e pela TV Globo — e acabou por se tornar um evento público. O jornalista havia sido assassinado enquanto exercia seu ofício, no momento em que trabalhava para mostrar à sociedade um abuso que acontecia naquela favela.

### 3.1 A face heroica de uma cobertura arriscada

A proposta de reportagem pode ser vista como uma clara expressão do quarto poder — que falaria em nome do povo que não tem voz — e uma derivação para o mito da imprensa cidadã, que não conhece barreiras para obter informações e fazer denúncias. Especialmente no caso Tim Lopes, a história começou com a ligação de um morador de favela, um cidadão que vivia à margem da sociedade e não teve seus apelos ouvidos pelo poder público. O jornalista, então, seria o responsável por investigar o problema e cobrar as soluções devidas. Dessa maneira, a imprensa é legitimada como fiscal de um Estado que não cumpriria com todas as suas obrigações.

A face heroica da cobertura em que Tim trabalhava foi diversas vezes lembrada pela mídia, que passou a relatar o episódio como um atentado contra a profissão e à liberdade de imprensa. O jornalista, então, passou a ser visto como um mártir, alguém que fora morto enquanto tentava mostrar à sociedade um fato grave que ninguém ousava denunciar. Um profissional que trabalhava em prol das pessoas e lutava para mostrar-lhes uma parte do Rio de Janeiro da qual nem todas tinham conhecimento. Sua morte, inclusive, levou à criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, naquele mesmo ano.

No editorial do Jornal do Brasil de 5/6/2002, em meio ainda às buscas por Tim, Fritz Utzeri (2002) escreveu que os colegas não devem ser transformados em 007, uma alusão ao agente secreto James Bond, famosa personagem de filmes. O jornalista afirma: “nós somos testemunhas, não temos licença para matar e nossa atividade só pode ser exercida dentro da ética e da legalidade”.

No dia 7 de agosto de 2002, a polícia do Rio concluiu o inquérito sobre a morte do jornalista. Nove bandidos da quadrilha de Elias Maluco foram indiciados pelo crime, acusados de homicídio qualificado, formação de quadrilha e ocultação de cadáver. Dos nove, cinco já haviam sido presos, mas entre os foragidos figurava ainda Elias Maluco, que seria capturado em setembro do mesmo ano.

Em meio à repercussão causada pela morte do jornalista, Fritz Utzeri (apud MORETZSON, 2003) escreveu o artigo intitulado “Jornalismo ou voyeurismo?”, em que criticou a atuação do departamento de jornalismo da TV Globo. A prática sexual em bailes *funk* não era novidade para o público: o ponto alto da matéria seriam as imagens que o repórter se arriscara tentando capturar; elas é que causariam o impacto e a comoção condizentes com a grande proposta de pauta.



Tim Lopes foi vítima da imprudência quase criminosa das chefias de jornalismo da TV. Por que se arriscou? Para mostrar imagens de algo sabido, em nome do voyeurismo. Cenas de sexo de adolescentes e consumo de drogas em bailes funk. Isso vale a vida de um repórter? A Globo insiste em confundir jornalismo com reality show. O Jornal Nacional noticia a campanha da novela das oito e o Big Brother como se fossem notícias. A novela faz – supostamente – campanha contra as drogas (e é elogiada por isso), quando na verdade usa causa nobre para promover o voyeurismo mais escrachado e técnicas jornalísticas para alavancar o ibope de sua dramaturgia (UTZERI, 2002 apud MORETZSON, 2003).

De acordo com a investigação policial, Tim estaria ciente dos riscos que corria quando ia à favela com o intuito de gravar as reportagens. A conclusão provocou uma reação negativa na TV Globo, que contestou de forma dura o relatório produzido pelo inspetor de polícia Daniel Gomes. A emissora demonstrou sua insatisfação na edição diária do Jornal Nacional e a opinião pública foi formada com base nas informações com padrão oficial, que indicavam que o repórter havia sido assassinado enquanto prestava um serviço à sociedade. Nas palavras de William Bonner:

A TV Globo lamenta profundamente os resultados do inquérito sobre o assassinato brutal do jornalista Tim Lopes. Passados 65 dias do crime, a polícia do Rio não conseguiu prender nenhum dos principais acusados e nem sequer foi capaz de dizer com segurança: quem matou? Quem esquartejou? Quem queimou? A polícia fez apenas uma espécie de indiciamento coletivo do bando do traficante Elias Maluco. Mais grave, numa atitude revoltante, pôs em dúvida os reais propósitos do jornalista, ao dizer que Tim estava lá não para fazer uma reportagem sobre baile *funk*, mas apenas para realizar uma nova reportagem sobre o poderio armado do tráfico. Para sustentar esse absurdo o investigador se baseou na fita que a própria TV Globo entregou à polícia, onde só se veem traficantes armados. Mas, como todo o Brasil sabe, Tim foi morto no domingo, dia 2 de junho - exatamente o dia do baile *funk* - e as fitas foram queimadas juntamente com o corpo do jornalista. Tomar um trabalho prévio para dizer que ele estava na favela com outro propósito seria apenas mais um erro de uma polícia que desaprendeu a investigar. Mas a atitude do investigador parece sarcasmo que ofende a TV Globo, os colegas e a família de Tim Lopes. Ainda mais grave é a tentativa de imputar ao repórter a culpa pelo próprio assassinato, com a insinuação ultrajante de que ele pôs em risco a própria vida no afã de obter mais sucesso porque, supostamente, já era um rosto conhecido. A TV Globo não pode aceitar essa indignidade. Tim Lopes sempre foi um jornalista dedicado à missão de informar, de servir à comunidade. As características de Tim Lopes eram opostas às que estão descritas no relatório. Tim era discreto, era avesso à fama, era avesso ao sucesso fácil, o que fazia dele, antes de sua morte, um rosto desconhecido. Logo ele que, se desejasse, se quisesse, seria um dos repórteres mais famosos do Brasil, porque talento, competência, amor à profissão não faltavam a ele. Não, Tim Lopes não foi assassinado porque tentava alcançar o sucesso; ele foi morto ao tentar ajudar uma comunidade cansada de pedir ajuda à polícia, a mesma polícia que deixa soltos os traficantes encastelados em seu poder paralelo. A mesma polícia que - nós não sabemos ainda com que propósito - prefere culpar a vítima, em vez de seus algozes. Até quando? (JORNAL NACIONAL, 2002)

Elias Maluco tornou-se o bandido mais procurado do Rio de Janeiro. Já o inspetor de polícia Daniel Gomes, que deixou claro em seu relatório que a empresa estava ciente do risco que corria o jornalista, foi apontado como “sarcástico”, “ineficiente” e parte de “uma polícia que desaprendeu a investigar”.

Ao destacar características como a coragem e a autonomia de seu funcionário, sob a máscara de elogio e reconhecimento pelos serviços prestados, a emissora deixa de lado a sua responsabilidade sobre o caso. O discurso emocionado lido pelo apresentador do telejornal de maior audiência da TV Globo contribui para que fuja à opinião pública uma série de questionamentos que poderiam levar a outra visão do caso.

### **3.2 A postura da Rede Globo**

Se a redação de fato recebeu ligações que denunciavam a prática dos bailes *funk* e reclamavam da falta de atuação da polícia, aí estava a matéria. Por que não procurar outras formas de apurá-la? Haveria necessidade de infiltrar um repórter numa zona de perigo só para fazer imagens que rendessem um furo? De qualquer forma, os chefes de jornalismo garantiram: a ideia da produção havia partido do próprio repórter.

A versão, porém, é questionada pela viúva de Tim: Alessandra Wagner afirma que o repórter voltara das férias com a ideia de fazer uma reportagem sobre caminhoneiros. Nada de tráfico, favela ou matérias sobre baile *funk*. Se levada em conta a versão da própria Rede Globo, que afirma ter recebido um apelo de um morador da comunidade, conclui-se que o repórter foi pautado para a investigação. Afinal, não foi Tim que atendeu à-quele telefonema.

Exercer as funções de repórter de polícia passou a ser coisa tão arriscada quanto ser policial, com uma diferença: PMs e detetives tem direito de andar armados. O jornalista, coitado, movimenta-se por aí desarmado e, muitas vezes, viajando de ônibus ou de metrô, pois o dinheiro que ganha não dá pra comprar o almejado carro (LOUZEIRO, 2003, p. 8).

Companheira de Tim na premiada reportagem sobre as feiras de drogas na Rocinha e na Mangueira, a jornalista Cristina Guimarães se afastara da Rede Globo meses antes da morte do colega. Segundo ela, vinha sofrendo ameaças, sobre as quais, inclusive, avisara a Tim. Com medo de possíveis retaliações, a jornalista afastou-se, deixou o emprego na emissora e passou a viver numa espécie de clandestinidade, longe do trabalho que pusera sua vida em risco.

Caí na clandestinidade no dia 14 de novembro de 2001. Fui na TV Globo, peguei um montão de coisas. Saí, me despedi de algumas pessoas. Foi, portanto, sete meses antes do Tim ser assassinado. Não tive outra alternativa. Acabou tudo o que eu tinha de bom (LOPES, apud JAKOBSKIND, 2003, p. 136).

A notoriedade dada aos jornalistas após a conquista do Prêmio Esso acabou por colocar em risco a segurança daqueles que trabalharam na reportagem. O rosto de Tim Lopes estava exposto como nunca antes, fato que deveria ter sido levado em conta pela chefia da Rede Globo antes de escalar o repórter para mais uma incursão numa favela dominada por traficantes.

Para o público em geral, o caso prestou-se acima de tudo para reiterar a enorme mistificação que esta mesma imprensa promove em torno de si própria, contribuindo especialmente para sedimentar a imagem da maior rede de televisão do país como defensora – e, no limite, até mesmo a verdadeira expressão – dos valores e direitos da cidadania, evidentemente vinculados aos sagrados ideais do jornalismo (MORETZSOHN, 2003, p.1).

Um ano após a morte do jornalista, Daniela Wagner, cunhada de Tim Lopes, escreveu um artigo no qual questionava a postura dos representantes da TV Globo diante do assassinato. Intitulado “Tim Lopes e a hipocrisia da imprensa”, o texto chama atenção para o fato de que o profissional morreu cumprindo uma pauta, sob a responsabilidade da emissora. Além disso, Daniela cobrou, entre outras coisas, a apresentação da testemunha chave para o esclarecimento do caso: o suposto pai de família que ligara para a redação e pedira que os jornalistas denunciassem a prática dos bailes *funk*.

Presenciei Alessandra insistindo várias vezes com a chefia de que precisavam encontrar esta pessoa que poderia trazer informações importantes para a elucidação do crime. No dia seguinte ao seu desaparecimento, Marcelo Moreira tranqüilizou-a dizendo que a fonte havia sido localizada e retirada da favela, estando sob proteção da TV Globo. Tim não era um irresponsável, nem um justiceiro das injustiças sociais, como muitos quiseram fazer supor. Estava de férias quando a sugestão de pauta chegou à redação da emissora.

Voltava ao trabalho com uma pauta para o Globo Repórter sobre a vida de um caminhoneiro, conforme William Bonner mesmo leu em um dos muitos editoriais do Jornal Nacional, mas lhe deram a matéria da Vila Cruzeiro, que começou a ser realizada com conhecimento e autorização da jornalista Márcia Monteiro, que então exercia no Rio a chefia regional do telejornalismo global. Nas quatro vezes em que foi à favela, saiu da emissora, com equipamento (os meios de produção) da emissora, num carro com motorista de empresa terceirizada pela emissora.

Já havia trazido duas fitas, fartamente exibidas posteriormente pela TV Globo, tendo a chefia conhecimento do ambiente hostil para onde estava mandando seu repórter – e, com um agravante, era a primeira vez que se fazia uma reportagem na emissora com câmera escondida em que alguém da comunidade onde agia o repórter sabia de sua presença, conforme foi admitido por um dos jornalistas da TV Globo.

Mesmo assim, apesar de todas estas circunstâncias, não foi dado ao repórter Tim Lopes uma retaguarda para a realização da matéria, um GPS (custo aproximado de R\$ 1 mil, bem menos que o de uma câmera escondida) que lhe possibilitasse ser monitorado e ser socorrido a qualquer sinal de que algo havia dado errado. Não havia qualquer esquema de salvação previsto, ou, conforme o próprio Marcelo Moreira afirmou no Fórum Tim Lopes Nunca Mais, na ABI, o que havia não podia ser revelado. O fato é que até hoje não se sabe qual era o plano de segurança para a realização desta matéria. NÃO PODEMOS ESQUECER. A IMPRENSA NÃO PODE ESQUECER: Tim Lopes morreu trabalhando, cumprindo uma pauta, sob responsabilidade da emissora que o contratara há seis anos (WAGNER, 2003).

Como defende a carta assinada pela Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em 2002:

[...] o cúmplice principal dessa trama é um sistema, muito bem coordenado e magistralmente orquestrado, onde não há valores humanos e o profissional, notadamente da comunicação, torna-se uma peça. Porém, não mais que uma peça. Esse sistema executa um processo – a globalização – no qual o profissional perde essa característica, pois, ao tornar-se mera peça, ele se coisifica. É essa coisificação que deve preocupar a todos (DIRETORIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL, 2002 apud JAKOBSKIND, 2003, p. 95).

Na época em que o corpo de Tim ainda não havia sido encontrado, foram realizadas diversas manifestações em defesa do jornalista, sob o argumento de que quem mata um desses profissionais fere a liberdade de imprensa e atinge toda a sociedade. Mas, afinal, se ele costumava trabalhar sob disfarce, como poderia acenar com os direitos que os jornalistas deveriam ter?

Em 2008, seis anos depois da morte de Tim, uma equipe do jornal *O Dia* instalou-se anonimamente na favela do Batan, em Realengo, no Rio de Janeiro, e procurou levar a mesma vida que os moradores da comunidade. O objetivo era revelar, olhando de dentro, a partir de vivências próprias, como era o cotidiano de um lugar submetido ao controle da milícia. Duas semanas depois, os três jornalistas foram sequestrados pelos milicianos, sendo agredidos e ameaçados. Felizmente, foram liberados, mas tiveram que se resguardar. A matéria sobre o acontecimento ganhou a capa do jornal *O Dia* um tempo depois, em junho, com a denúncia de “TORTURA” escrita em quase toda a capa.

O episódio teve repercussão internacional e gerou comentários que se dividiram entre o repúdio à atuação violenta da milícia, a exaltação da imprensa como importante ferramenta de denúncia e, por outro lado, o questionamento quanto às responsabilidades da empresa. Assim como no caso Tim, a questão central, porém, seria o papel exercido pelo jornalista naquela situação e os limites de sua atuação profissional.

A história de Tim Lopes entrou para o Memorial dos Jornalistas do Newseum (localizado em Washington, nos Estados Unidos), que homenageia repórteres, fotógrafos e radialistas mortos durante coberturas de guerras, conflitos armados e situações de extremo risco. Com o nome imortalizado, Tim transformou-se num dos mártires do jornalismo, ao lado de Vladimir Herzog e Alexandre von Baumgarten.

Essa condição absurda é criticada por Argemiro Ferreira (2001): Baumgarten, diretor da revista *O Cruzeiro*, era aliado íntimo de um governo autoritário envolvido com propinas e chantagens. O jornalista foi assassinado em outubro de 1982, como queima de arquivo, porque ameaçara revelar seus acordos. Ou seja: um profissional de relação íntima com os órgãos de informação do regime militar, que tanto reprimia a imprensa e a liberdade de expressão, acabou imortalizado. O jornalista nunca foi considerado mártir no Brasil – e vale ressaltar o absurdo que seria caso fosse defendido dessa forma.

Vale também lembrar que o Newseum foi construído com recursos angariados pelo Fórum da Liberdade, o qual possui como doadores grandes corporações midiáticas americanas, como News Corp, A Disney Pulliams, O Hearsts, Time Warner, entre outras. Como lembra Argemiro Ferreira:

Com 1 bilhão de dólares para sustentar suas atividades, entre elas o tal Newseum e um First Amendment Center, a organização arvora-se em juiz da liberdade de expressão no mundo sob a ótica americana, favorável não ao direito das pessoas à informação, mas ao das corporações de dizer o que quiserem (FERREIRA, 2001).

Na maioria dos casos, o jornalista precisa morrer para tornar-se imortal. O fato é que existem, sim, jornalistas mártires; mas existem também profissionais corruptos. Em todos os casos, é melhor evitar que certas tragédias aconteçam. A morte de Tim Lopes, como a de tantos outros profissionais, poderia (e deveria) ter sido evitada. Mais uma vez, o jornalista morto serviu para sublinhar a mistificação que a imprensa faz em torno dela mesma.

## 4 O CASO SANTIAGO

Em fevereiro de 2014, o cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, de 49 anos, morreu após ser atingido na cabeça por um artefato explosivo conhecido como “rojão de vara”, durante a cobertura de um protesto no Rio de Janeiro. O profissional da TV Bandeirantes registrava um confronto entre manifestantes e policiais no momento da explosão, que foi registrada por fotógrafos, cinegrafistas e câmeras de vigilância instaladas perto da Central do Brasil, onde ocorria a manifestação.

Santiago trabalhava havia 10 anos na Band, onde atuou em reportagens sobre os problemas enfrentados pelos usuários de transporte público — tema que motivou o início dos protestos de 2013 no Rio de Janeiro, quando o aumento da passagem de ônibus foi anunciado pelo governo. Duas dessas coberturas lhe renderam o prêmio jornalístico de Mobilidade Urbana, em 2010 e 2012, em parceria com o repórter Alexandre Tortoriello. O cinegrafista já havia também trabalhado em grandes reportagens sobre o tráfico na cidade. No final de 2013, participou, inclusive, do curso para jornalistas em áreas de conflito, ministrado pelo Exército.

O atentado levantou uma séria discussão em torno da forma como agia o grupo conhecido como *Black Bloc*, levando a uma espécie de radicalização de posições: aquele que simpatizasse com os protestos ou contestasse a abordagem da mídia em relação a eles era visto como alguém que apoiava o vandalismo, a baderna e a agressão a profissionais que nada tinham a ver com aquilo. Como afirma a matéria veiculada no site da *Folha de S. Paulo* a tragédia “alimentou um debate apaixonado sobre o maior rigor na punição a manifestantes, com polêmica de sobra entre autoridades e analistas e redes sociais em chamas” (BERGAMIM JR., 2014).

### 4.1 A exploração da tragédia

Declarada a morte de um dos seus profissionais, a imprensa logo buscou apontar os responsáveis e cobrar das autoridades a punição devida, como defendeu o editorial exibido pelo Jornal da Band.

A morte do nosso colega Santiago Andrade revolta, emociona e escancara a necessidade de uma resposta eficiente e com coragem, o que parece ter faltado às autoridades desde o início dessa onda de violência, quando deveriam ter tomado providências que poderiam ter evitado a tragédia. Se as ameaças mais do que evidentes

que já se espalhavam pela cidade não foram suficientes para convencer os governantes a agir com vigor, agora, mesmo tardiamente, com a paciência da população esgotada, não há mais cabimento em adiar ou sonegar soluções. O país, indignado, já não aceita a omissão e a condescendência diante da violência mascarada - e, conforme denúncia, remunerada - que impera nas ruas. O que se exige é mais do que uma legislação rigorosa que demora a sair e mais do que o processo contra os assassinos presos, mas também, após investigação e comprovação, o nome, a cara e a prisão de seus possíveis financiadores. Esta é a opinião do Grupo Bandeirantes. (JORNAL DA BAND, 2014).

No dia 9 de fevereiro, o portal G1 noticiou: “Estagiário de advogado diz que ativista afirmou que homem que acendeu rojão era ligado ao deputado estadual Marcelo Freixo”. O advogado ao qual a matéria se referia era Jonas Tadeu, representante de Fábio Raposo e Caio Silva de Souza, jovens envolvidos no lançamento do rojão que atingiu o cinegrafista. Marcelo Freixo foi vendido pelo jornal como corresponsável pela morte do cinegrafista. Ou, como afirmou o editorial da Band, um de seus “possíveis financiadores”.

A matéria sugeria o envolvimento do deputado numa morte altamente noticiada, mas não exibia qualquer tipo de prova. Como dizia o próprio título, foi publicada com base na declaração feita pelo estagiário de um advogado que ouviu aquilo de uma terceira pessoa. Acontece que, se o jornal abre espaço para publicar toda e qualquer versão sobre um acontecimento, deixa de exercer sua função de apurar e filtrar as denúncias que devem ou não ser publicadas.

A matéria foi criticada inclusive por Caetano Veloso, colunista do próprio jornal, em texto publicado em *O Globo* no dia 16 de fevereiro:

[...] me pergunto qual exatamente será a intenção do GLOBO ao estampar manchetes e editoriais induzindo seus leitores a ligarem Marcelo Freixo aos rapazes que lançaram o rojão que matou Santiago Andrade. A matéria publicada no dia em que saiu a chamada de capa com o nome do deputado era uma não notícia (VELOSO, 2014).

Em resposta, o jornal publicou um editorial no qual procurou defender-se ao afirmar que o dever do jornalista é expor todas as versões de um fato, sem colocar nenhum dos envolvidos “acima do bem ou do mal”.

O jornal não disse em momento algum que o deputado Marcelo Freixo era ligado ao homem do rojão, nem de forma alguma induziu seus leitores a acreditarem nessa versão. Seria absurdo e leviano, porque não há prova alguma sobre isso. Mas, certamente, o jornal foi leal com os leitores, publicando, com o destaque merecido, uma notícia, dando amplos espaços para que todos se manifestassem, o deputado principalmente. Agindo assim, foi respeitoso com a família do cinegrafista, interessada em tudo que lhe possa fazer justiça. O que resta agora? Jogar mais luz no epi-

sódio. Acompanhar as investigações policiais, fazer investigações jornalísticas próprias para que, ao fim, a verdade apareça. Seja ela qual for. Jornalistas não são adivinhos: a verdade só aparece quando se expõem os fatos sem preconceitos. Que essa atitude irrite os que admiram Freixo é absolutamente compreensível. Como dissemos, é um fenômeno cotidiano, e atinge pessoas de todos os matizes, origens, crenças e valores. E não irrita O GLOBO. Ao contrário, ajuda-o a rever seus procedimentos e verificar se acertou ou errou. Como faz agora (O GLOBO, 2014).

Ainda que tenha cumprido o protocolo ao publicar um editorial no qual comenta sua postura diante do caso, *O Globo* utilizou-se da morte do cinegrafista Santiago para atribuir imagens negativas a um político que aparentemente ameaçava interesses não explicitados. Numa exploração política da tragédia, atribuiu a culpa do episódio aos partidos políticos de esquerda, que supostamente incentivariam e financiariam a violência nas manifestações.

*O Globo* classificou a morte de Santiago como atentado à democracia, como se fosse o jornalista a figura que sustenta o pilar da representatividade social; como se o profissional da informação fosse o defensor dos valores que devem orientar a sociedade. Além disso, aproveitou para condenar a forma de atuação dos manifestantes, criticar a atuação do Sindicato dos Jornalistas e sugerir que políticos de esquerda foram corresponsáveis pela morte do cinegrafista.

Se grupos radicais buscavam um cadáver nas manifestações de rua, conseguiram. Mas não foi o que poderiam imaginar. Em vez de jogar mais combustível na ferocidade do vandalismo em cima do corpo de um manifestante, mataram um repórter-cinegrafista no exercício de uma atividade essencial para a democracia, relatar os fatos para a sociedade. Atingiram a própria democracia, que tanto desprezam. A morte de Santiago Andrade tem de servir, ao menos, para uma intensa e profunda reflexão sobre distorções escondidas nos subterrâneos de militâncias expostas em perfis falsos nas redes sociais que difamam pela internet, em sindicatos de jornalistas aparelhados e desconectados da profissão, em universidades transformadas em centros de doutrinação política, em funções desvirtuadas em assessorias de partidos políticos — para citar os pontos de intoxicação ideológica autoritária mais visíveis (O GLOBO, 2014).

A tragédia circulou também sob a forma de atentado à liberdade de imprensa, como se o objetivo dos manifestantes fosse originalmente atingir a figura do jornalista. Embora alguns profissionais tenham de fato sofrido diferentes tipos de agressão durante a cobertura das manifestações, a morte de Santiago não teve relação direta com o problema, já que o rojão poderia ter atingido qualquer pessoa que estivesse passando pelo local. Ou poderia até mesmo não ter atingido ninguém.



Assim, não cabe utilizar o caso como exemplo de ameaça à liberdade de imprensa ou ataque ao direito da população de ser informada. Não foi um ataque direto contra a imprensa ou contra a figura do jornalista.

#### **4.2 A (ir)responsabilidade da empresa jornalística**

Ainda que o rojão não tenha sido direcionado a ele, Santiago morreu porque o objeto foi disparado. É claro que os responsáveis por esse disparo devem ser punidos e tais métodos de violência discutidos. Porém, as condições precárias de trabalho dos jornalistas também devem ser trazidas à tona. O cinegrafista encontrava-se numa zona de conflito entre polícia e manifestantes, mas não utilizava qualquer equipamento de segurança — nem mesmo um capacete, acessório que poderia ter evitado a tragédia ocorrida. Além disso, Santiago foi escalado para filmar a manifestação por conta própria, sem um auxiliar de câmera ou outra pessoa que pudesse apoiá-lo.

Não foi a primeira vez que um profissional de jornalismo da Band foi personagem de uma tragédia. Em novembro de 2011, o cinegrafista Gelson Domingos morreu baleado durante uma operação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) contra o tráfico de drogas na Favela de Antares, em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A ocorrência de outra tragédia sublinhou novamente a figura do jornalista no meio do fogo cruzado, sem contar com proteção ou apoio especial.

Mas o caso Santiago ganhou destaque especial porque foi utilizado como estratégia política, tendo sua morte se tornado a temática central dos debates sobre os protestos. O site do grupo Anonymous publicou uma lista de pessoas mortas ou gravemente feridas em manifestações; entre elas, por exemplo, a gari Cleonice Vieira de Moraes, de 54 anos, que morreu após inalar uma alta quantidade de gás lacrimogêneo jogado pela Polícia Militar do Pará. Mas Santiago, como bom jornalista, tornou-se o novo herói da categoria porque morreu enquanto prestava um serviço à sociedade. Sobre as mortes anteriores a de Santiago, que tiveram baixa repercussão na mídia, Luciano Costa aponta:

No campo que podemos observar, esses nomes têm um valor relativo, quase restrito ao círculo de seus familiares e amigos: o território midiático precisa de símbolos capazes de produzir comoção e relativiza tudo que não tenha potencial para compor uma manchete. Números baixos ou individualidades de menor apelo não interessam à mídia de massa. Santiago Andrade está, portanto, inscrito nesse enredo cuja trama se torna a cada dia mais complexa (COSTA, 2014).

Ainda sobre o oportunismo que permeou a cobertura da tragédia ocorrida, Maurício Caleiro comenta:

Seja como for, a morte do cinegrafista Santiago Andrade mostrou-se o momento propício para a mídia corporativa, Rede Globo à frente, deslanchar uma operação de retomada da capacidade de ditar a agenda política do país, lançar uma sombra de dúvidas sobre a legitimidade dos protestos populares e, de quebra, jogar pesado no âmbito paroquial, investindo contra adversários em seu feudo fluminense. (CALEIRO, 2014).

### **4.3 A questão do sindicato**

O episódio atingiu inclusive a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, que foi duramente contestada porque adotou, inicialmente, uma postura um pouco mais branda em relação à violência que partia de manifestantes. A diretoria discursava contra a criminalização dos movimentos sociais e fazia ressalvas quanto à linha editorial dos grandes veículos de imprensa. Tudo isso favoreceu a divisão entre jornalistas que crescentemente repudiavam os manifestantes e os profissionais que simpatizavam com os movimentos de contestação.

O conflito de ideias fez nascer o Movimento Viva Santiago — cujo nome reverencia o cinegrafista como “forma de não deixarmos cair no esquecimento a necessidade de condenação dos responsáveis pelo crime”. O movimento nasceu de um abaixo-assinado que teve a adesão de mais de 900 profissionais. O texto dizia que a atual diretoria “perdeu o rumo quanto ao seu papel” e “errou diversas vezes ao tratar da necessária democratização da comunicação em momentos em que deveria condenar, sem qualquer relativização, todas as agressões” sofridas pelos profissionais ligados ao jornalismo.

Reafirmamos que nossa luta é por justiça contra a violência, qualquer que seja sua origem. Homenageamos o colega Santiago Andrade, morto durante manifestação de rua em 2014. Reverenciar sua memória é uma forma de não deixarmos cair no esquecimento a necessidade de condenação dos responsáveis pelo crime. Cabe à Justiça julgá-los e a nós, jornalistas, cobrarmos esta punição (AGUIAR, 2014).

O objetivo de lutar “por uma sociedade sem violência” demonstra o idealismo da iniciativa: a atual diretoria do sindicato certamente não apoia a disseminação de atos violentos contra jornalistas, então esse não seria um motivo forte o suficiente para que a mesma fosse destituída. Aliás, mais do que idealismo, talvez a própria mistificação: haveria qualquer sociedade sem violência?

A figura de Santiago — que morreu de forma trágica, porém não premeditada — foi explorada para causar impacto e comoção. As publicações do blog do movimento são exemplos claros do apelo emocional da causa:

Hoje celebramos os 50 anos do repórter cinematográfico Santiago Andrade, morto em fevereiro deste ano após ser atingido por um rojão disparado por um manifestante, com a publicação desta homenagem escrita por sua filha, a jornalista Vanessa Andrade. Nossa luta, afinal, é para que histórias como a de Santiago não se repitam (MOVIMENTO VIVA SANTIAGO, 2014).

A introdução foi seguida por um comovente depoimento da também jornalista Vanessa Andrade, filha do cinegrafista, cujas palavras exploram de forma significativa o emocional do leitor.

Hoje meu pai completa 50 anos. A gente combinou de fazer festa, encontrar os amigos, reunir a família, mas como meu pai viaja muito, nem sei bem onde está agora, ele não poderá vir. Eu não reclamei, fui à praia logo cedo pensando em que presente poderia dar. Mas meu pai sempre fala que eu sou seu maior presente. Tenho certeza que ele disse a mesma coisa três décadas atrás, afinal, eu já arrancava suspiros aos seis meses enquanto tomava sol no posto 6. Tá bom, pai, sou mesmo uma filha linda e maravilhosa, já me conformei, a foto também não mente. Mas e seu presente? São 50 anos, pai. Você diz que esse ano a festa será diferente, você tá de camarote, eu ainda não posso entrar nesse camarote, pai. Desce um pouco e vem comemorar com a gente, tem Monarco logo mais. O que? Você vem? Que bom, pai. Mas tem que passar nos meus avós antes, minha mãe também quer te encontrar. Claro, prometo não dizer nada, será surpresa, já entendi. Tô te esperando, pai. E nem vou chorar, prometo, pai. Te amo, pai. Vem logo, pai (ANDRADE, 2014).

A divisão entre as forças políticas que disputaram a eleição para a diretoria do Sindicato, em 2013 (foram quatro chapas concorrentes) ficou marcada quando a diretoria em fim de mandato publicou, no site da entidade, uma nota de repúdio à violência promovida por manifestantes, chamados de “grupelhos fascistas”. A diretoria eleita reagiu com outra nota em que rejeitava o que chamava de criminalização dos movimentos sociais. (MARCQUES, 2013).

Os conflitos aumentavam a cada episódio de violência contra jornalistas, até que Santiago morreu. Mas o estopim para o movimento de contestação foi a coletiva realizada na própria sede do Sindicato, no dia 25 de julho de 2014, da qual participaram manifestantes, seus familiares e os jornalistas. A reunião já estava marcada a pedido de grupos como o Tortura Nunca Mais, preocupados em discutir a prisão de três manifestantes, acusados de planejar atentados na decisão da Copa do Mundo. Porém, os três foram soltos na véspera e

novamente ocorreram agressões a jornalistas na saída do presídio. A reunião foi mantida e seria inevitavelmente tensa.

Segundo alguns dos profissionais descontentes, a classe teria sido ameaçada e desrespeitada sob a condescendência da presidente do sindicato, Paula Máiran. Segundo a nota oficial da Associação Brasileira de Imprensa (ABI):

Ao serem libertados por um Habeas Corpus, o grupo de manifestantes que se encontrava detido no Complexo Penitenciário de Gericinó, reuniu-se, no dia seguinte, em companhia de familiares, para uma entrevista coletiva no auditório da entidade. O que se viu em seguida foram cenas de intolerância política que se acreditavam sepultadas para sempre com o restabelecimento das garantias individuais e do Estado de Direito. Acolhidos democraticamente no Sindicato para que expusessem sua defesa com ampla liberdade, os manifestantes voltaram-se contra os jornalistas com uma incontinência verbal jamais vista desde o fim da ditadura militar. Ignoraram o extraordinário passado de lutas da categoria contra o arbítrio, a violência e a opressão. De acusados passaram à acusadores (sic). Exalando um sectarismo doentio que se imaginava extinto, atacaram os profissionais que cobriam a coletiva com uma virulência inaceitável nos dias de hoje. Aos gritos de “você não nos pagará”, rotularam os jornalistas como “carniceiros”, submetendo-os a toda sorte de constrangimentos e ameaças. A coletiva transformou-se num espetáculo degradante. Ofendidos e agredidos, em sua própria Casa, repórteres, fotógrafos e cinegrafistas viram-se obrigados a abandonar o Sindicato diante da leniência dos diretores da entidade. Não se ouviu uma palavra em defesa dos associados vilipendiados e criminalizados quando apenas cumpriam seu dever (ABI, 2014).

A mistificação envolveu uma entidade referencial dos jornalistas, que outrora costumava preferenciar a despolitização. A nota divulgada possuía um tom acusatório irresponsável e duramente criticado por Sylvia Moretzsohn, que desmentiu as por meio de um texto publicado em seu perfil no Facebook® (no dia 5 de agosto de 2014) e reproduzido pelo Observatório da Imprensa:

É verdade que fatos intoleráveis ocorreram naquela reunião. Mas é absolutamente falso dizer que “não se ouviu uma palavra em defesa dos associados vilipendiados e criminalizados quando apenas cumpriam o seu dever”. Pelo contrário, a presidente do Sindicato, que mediou o encontro, interveio em todas as vezes em que os presentes criticaram os jornalistas ou tentavam impedi-los de falar. Tampouco “os repórteres, fotógrafos e cinegrafistas viram-se obrigados a abandonar o Sindicato”. Não foram expulsos, como, aliás, indevidamente se noticiou em parte da imprensa e se propagou amplamente por aqui. Saíram quando entenderam que seu trabalho estava concluído. É verdade que ficaram indignados com o que ocorreu, que se sentiram ofendidos e confrontados, o que de si já é suficientemente grave. Mas reconhecer isto é totalmente diferente de dizer que foram constrangidos ou, pior ainda, obrigados a se retirar (MORETZSOHN, 2014).

Em meio ao clima de distorções, a figura de Santiago Andrade foi utilizada para dar nome a um movimento que o explora como mártir. É sempre importante ressaltar que o cinegrafista não era um alvo a ser atingido propositalmente; mas a tragédia ocorrida naquela manifestação exaltou os ânimos e radicalizou as posições de profissionais que já andavam insatisfeitos com a diretoria sindical. Santiago foi também indicado ao prêmio Comunique-se, onde, previsivelmente, venceu na categoria de “repórter de imagem”. Ou seja: a morte foi o grande fator de destaque para que o cinegrafista concorresse a um dos prêmios mais conhecidos do jornalismo brasileiro. Fica claro que a morte trágica o tornou uma figura de fácil exploração midiática e fez valer mais uma vez a heroicização do jornalista que morre em serviço.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que gira em torno da figura do jornalista morto é um debate complicado, não apenas pelo tema — que leva a reações emocionais quase sempre extremas —, mas como pela retomada de exageros em torno do papel que possui a profissão. De um lado, a figura que carrega consigo um importante papel social; de outro, o profissional que se submete às regras das grandes empresas.

O estabelecimento de limites é uma questão delicada no meio de uma profissão onde arriscar-se é quase uma atitude louvável e bonita de alguém que trabalha por uma causa maior. O jornalista é aquele que chega até onde o público não pode estar e, com isso, carrega a função de levar à sociedade aquilo que ela não saberia de outra forma. Somando esses pontos à ideia de “missão” e ao heroísmo de uma profissão particular, fica complicado delimitar a atividade dos jornalistas — ação essa considerada muitas vezes como “atentado à liberdade de imprensa”. Porém, estabelecer esses limites é uma questão ética e de segurança profissional. O jornalista, definitivamente, não é super-herói.

A mitificação do jornalista morto é solidificada pela imagem romântica que a imprensa constrói em torno de si mesma. Na corrida pela atenção do público, muitas das práticas jornalísticas que deveriam ser questionadas ou repensadas acabam por acontecer livremente, desde o sensacionalismo à exposição de profissionais a riscos desnecessários. Quando algo fora do previsto acontece, as empresas tratam de se isentar da responsabilidade sobre o acontecimento e encontram alguém para apontar o dedo. Seja um traficante, uma autoridade ou a própria ineficiência do Estado, os veículos de comunicação tratam de produzir algum grande vilão para protagonizar a parte acusatória das matérias sobre o caso.

Tim Lopes trabalhava para a maior rede de televisão do Brasil e acabara de receber um prêmio Esso que foi, inclusive, anunciado com muito orgulho pela TV Globo. Ao recebê-lo pessoalmente, deixou de ser um repórter investigativo anônimo e tornou-se um alvo fácil para os traficantes. Mas isso não impediu que a Rede Globo o mandasse novamente para uma zona de risco.

A tragédia ocorrida com Santiago também deixou clara a falta de cuidado da Band, que novamente expôs um profissional a uma zona de conflito sem os devidos equipamentos de segurança. O episódio elucidou ainda o que Maurício Caleiro (2014) chama de “oportunismo fúnebre da mídia”: uma imprensa que cumpre funções políticas e usa determinados episódios a favor de seus interesses. Por fim, fica claro que a heroicização do jornalista é uma prática interessante aos grandes veículos de imprensa, que legitimam o seu tra-

balho como um serviço prestado à sociedade e, com isso, mascaram seus objetivos políticos e financeiros.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

AGUIAR, Valéria. Por que eu faço parte do movimento #VIVASANTIAGO. **Viva Santiago**, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://movimentovivasantiago.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

ANDRADE, Vanessa. Santiago Andrade, 50 anos. **Movimento Santiago**, 05 set. 2014. Disponível em: <<http://movimentovivasantiago.wordpress.com/2014/09/05/santiago-andrade-50-anos/>>. Acesso em: 05 dez 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Nota oficial da ABI**: o preço da liberdade. ABI, 04 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/o-preco-da-liberdade/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BARCELLOS, Caco. Caco Barcellos: entrevista [julho. 2010]. In: GONÇALVES, Gêssica Brandino. Entrevista concedida a Gêssica Brandino Gonçalves. São Paulo: TV Globo, 2010.

BERGAMIM JR., Giba. Morte gera debate inflamado sobre punição a violência em atos. **Folha de S. Paulo**, 13 fev. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1411451-morte-gera-debate-inflamado-sobre-punicao-a-violencia-em-atos.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2014.

CALEIRO, Maurício. O oportunismo fúnebre da mídia. **Observatório da Imprensa**, 18 fev. 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/\\_ed786\\_o\\_oportunismo\\_funebre\\_da\\_midia](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/_ed786_o_oportunismo_funebre_da_midia)>. Acesso em: 04 nov. 2014.

COSTA, Luciano Martins. O jogo perigoso da especulação. **Observatório da Imprensa**, 11 fev. 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/o\\_jogo\\_perigoso\\_da\\_especulacao](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/o_jogo_perigoso_da_especulacao)>. Acesso em: 03 dez. 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS. **Código de Ética dos jornalistas Brasileiros**. FENAJ, 17 set. 2007. Disponível em: <[http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros..pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2014.

FERREIRA, Argemiro. A história virada pelo avesso. **Observatório da Imprensa**, Pinheiros, 20 jun. 2001. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/news/showNews/al200620012.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2014.



FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GOODWIN, Eugene. **Procura-se ética no jornalismo**. São Paulo: Nórdica, 1993.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v 15, n 2, p. 31- 43, jul./dez. 2009.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. **Dossiê Tim Lopes – Fantástico Ibope**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2003.

JORNAL DA BAND. **Editorial**. Jornal da Band, 10 fev. 2014. 1 post (1min. 10s.). Postado em: 13 fev. 2014. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/s70pk4i6az2h/confira-editorial-sobre-morte-de-santiago-andrade-0402CD9A3462D8C14326?types=A&>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

JORNAL NACIONAL. **Editorial da TV Globo**. Jornal Nacional, 07 ago. 2002. 1 post (6min. 04s.). Postado em: 28 abr. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0OlyQ2fjHQI>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia: ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LOUZEIRO, José. Repórter policial, profissão perigo (prefácio). In: JAKOBSKIND, Mário de Augusto. **Dossiê Tim Lopes — Fantástico/Ibope**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2003.

MALHEIROS, José Vítor. Mensageiros, jornalistas e censores. **Versaletes**, 2004. Disponível: <<http://versaletes.blogspot.com.br/2004/01/mensageiros-jornalistas-e-censores.html>>. Acesso em 03 dez. 2014.

MARQUES, Rogério. Criminalizando o jornalista. Disponível em <[http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/criminalizando\\_o\\_jornalista](http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/criminalizando_o_jornalista)>. Acesso em 04 dez 2014.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. A melhor profissão do mundo. **Observatório da Imprensa**, Pinheiros, 20 out. 1996. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed8\\_a\\_melhor\\_profissao\\_do\\_mundo](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed8_a_melhor_profissao_do_mundo)>. Acesso em: 02 out. 2014.

MORAIS, Dênis de. Da falácia do quarto poder ao laboratório de esperança da América Latina. Blog da boitempo, 06 fev. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/02/06/da-falacia-do-quarto-poder-ao-laboratorio-de-esperanca-da-america-latina/>> Acesso em: 02 nov. 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. **A velocidade como fetiche** – o discurso jornalístico na era do “tempo real”. Niterói, 2000. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2000. Disponível em: <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-2.html#\\_ftn19](http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-2.html#_ftn19)>. Acesso em: 30 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. História mal contada. **Observatório da Imprensa**, 05 fev. 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/\\_ed810\\_historia\\_mal\\_contada](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/_ed810_historia_mal_contada)>. Acesso em: 03 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **O caso Tim Lopes: o mito e “mídia cidadã”**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-tim-lopes.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. O jornalismo na medida do possível. **Observatório da imprensa**, 10 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/o-jornalismo-na-medida-do-possivel>>. Acesso em 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. O Repórter Infiltrado: algumas questões éticas e epistemológicas para a Prática do Jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2008.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Pensando contra fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 14.

O GLOBO. O dever de um jornal. **O Globo**, 17 fev. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinia/o-dever-de-um-jornal-11624277>>. Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Inimigos da democracia. **O Globo**, 12 fev. 2014. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2014/02/os-inimigos-da-democracia-editorial-524016.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MOVIMENTO VIVA SANTIAGO. Viva Santiago envia carta cobrando explicações da presidente do sindicato dos jornalistas. **Viva Santiago**, 07 out. 2014. Disponível em: <<http://movimentovivasantiago.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

SADER, Emir. Apresentação. In: HALIMI, Serge. **Novos cães de guarda**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 9.

SENRA, Stella. **O último jornalista: imagens e cinema**. São Paulo: Edições Liberdade, 1997.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalista não é super-herói. **Observatório da Imprensa**, 16 abr. 2013. Disponível

em:<[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed742\\_jornalista\\_ao\\_e\\_super\\_heroi](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed742_jornalista_ao_e_super_heroi)>. Acesso em: 30 out. 2013.

UTZERI, Fritz. Editorial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Os limites do jornalismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 jun.2002.

VELOSO, Caetano. Freixo outra vez. **O Globo**. Coluna do Caetano, 16 fev. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/freixo-outra-vez-11616610>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent**: são super-homens os jornalistas? São Paulo: Summus Editorial, 1991.

WAGNER, Daniella. Tim Lopes e a hipocrisia da imprensa. **Observatório da imprensa**. 10 jun. 2003. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp10062003993.htm>>. Acesso em: 30 out. 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## PARECER

Aos dias do mês de **dezembro de 2014**, reuniu-se no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense a Banca Examinadora designada para avaliar o Projeto Experimental de **ROBERTA RODRIGUEZ ALVES DE SOUZA THOMAZ**, matrícula UFF **21030127**, habilitação Jornalismo, sob o título **“O mito do jornalista mártir: uma análise dos casos Tim Lopes e Santiago Andrade”**.

Em sessão secreta, a Banca deliberou pela: ( ) aprovação ( ) reprovação do(a) aluno(a), com a nota ..... (.....).

Niterói, 18 de dezembro de 2014

### **Orientador(a):**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Moretzsohn — UFF: .....

### **Banca:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Larissa de Moraes Ribeiro Mendes — UFF: .....

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Baiense — UFF: .....